

Deputados revelam promessas

JORNAL DO BRASIL

de Sarney pelos 5 anos

Brasília — Wilson Pedrosa

Dora Tavares de Lima

BRASÍLIA — Dos 18 parlamentares que defendiam os quatro anos de mandato na votação de quinta-feira na Constituinte e deram cinco anos para o presidente José Sarney, pelo menos três admitem abertamente que mudaram em troca de favores do governo para seus estados. O deputado Aluísio Bezerra (PMDB-AC), socialista, ex-integrante de grupos trotskistas, capitulou ante a promessa de verbas para a construção de uma estrada ligando o Acre ao Peru.

Messias Soares (PTR-RJ) já tinha sido aconselhado — “mas não pressionado” — pelo governador Moreira Franco (ele próprio um ex-defensor dos quatro anos) a votar nos cinco, quando entrou, há duas semanas, no Palácio da Alvorada para tomar café com Sarney. Saiu de lá certo de que o município de Duque de Caxias ganhará seis mil metros de asfalto ligando seis indústrias à Rodovia Washington Luís. “O presidente autorizou na minha frente a liberação dos recursos ao ministro dos Transportes”, conta Messias. Mas o deputado faz questão de esclarecer que, antes de falar em obras comunicou a Sarney que votaria nos cinco anos. “Não fui lá negociar o meu voto”.

Seis projetos — Acival Gomes (PMDB-SE) — o único dos dez parlamentares sergipanos que estava com os quatro anos — cedeu na véspera da votação. O governador Antônio Carlos Valadares (PFL) argumentou com Acival que só com a unidade da bancada do estado em torno dos cinco anos Sarney cumpriria o compromisso de liberar verbas para seis projetos: porto, pólo cloro-químico, hidrelétrica de Xingó, 26 mil habitações populares, escolas e uma fábrica de uréia e amônia.

“Os recursos do estado estão todos

comprometidos com o pagamento do funcionalismo, todo o dinheiro para investimento tem de vir do governo federal, e temos promessa de que mesmo com os cortes que deverão vir para solucionar o problema do déficit público, Sergipe não será prejudicado”, justifica Acival.

O governador Antônio Valadares ponderou, e ele concordou, que seu voto não iria mudar o resultado da votação. Logo após a volta do presidente dos Estados Unidos, a bancada sergipana vai a Sarney levar suas reivindicações por escrito. Quanto à sua carreira política, o deputado Acival Gomes acha que seu voto vai prejudicá-lo: “Eu me violentei, vou ter um desgaste razoável”.

Dólar japonês — Aluísio Bezerra diz que não recebeu nenhum pedido explícito do governo para votar nos cinco anos, em troca da inclusão do pedido de 300 milhões de dólares para a construção da Estrada Transcontinental (“que finalmente vai integrar a Amazônia à América Latina e resolver problemas de atraso é miséria que já têm um século”) num empréstimo global de quatro bilhões de dólares que o Japão fará ao Brasil. “Depois que o presidente se comprometeu a nos dar apoio, eu me senti no dever de dar mais um ano a ele, embora discorde de vários aspectos de seu governo, para que pudesse realizar esse projeto”, explica.

Há ainda os deputados que justificam sua mudança em público de uma forma e, reservadamente, alegam outras razões. É o caso, por exemplo, de Mauro Campos (sem partido-MG) e Darcy Deitos (PMDB-PR). O primeiro, que até há pouco integrava a esquerda pemedebista, disse que votou nos cinco anos por causa da divisão da cúpula do PMDB. A amigos, no entanto, confidenciou que o governo ameaçara cortar verbas para sua empresa de navegação, caso optasse pelos quatro.

Amato agora quer sete anos

SÃO PAULO — Um dia depois da definição pela Constituinte do mandato do presidente José Sarney, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, lançou a idéia de que o mandato dos próximos presidentes seja de sete anos. Ano passado Amato defendeu as diretas-já e depois o mandato de cinco anos para Sarney. Agora acha que os problemas nacionais exigem administração federal com prazo maior.

Amato não soube explicar como seriam adotados os sete anos, já que a Constituinte estabeleceu o período de cinco anos para o mandato dos próximos presidentes. Já sobre os cinco anos para Sarney, ele acha que “foi uma boa decisão, de consenso, pois em quatro anos não é possível fazer nada”.

Em Fortaleza, o governador Tasso Jereissati deu “graças a Deus” pelo fato de a Constituinte ter decidido a questão. “Agora ninguém mais tratará desse assunto”, disse, “e sim das soluções dos problemas que atingem o país”. Ele espe-

ra que o presidente agora “compense o país inteiro, continuando com suas medidas econômicas e financeiras para conter o déficit público e reduzir a inflação”.

A aprovação dos cinco anos muda radicalmente o quadro político na Bahia, de acordo com o prefeito Mário Kertesz, para quem os ministros baianos saem fortalecidos, sobretudo Prisco Viana. Já o governador Waldir Pires acha que “é preciso insistir, nunca perder a esperança e continuar avançando o processo”. Mas não acredita que a Bahia possa vir a ser prejudicada por seu conhecido engajamento pelos quatro anos.

O ex-deputado Paulo Maluf, ardoroso defensor das diretas-já desde que perdeu em 1985, no Colégio Eleitoral, a eleição para Tancredo Neves, disse em São Paulo que a Constituinte virou “um balcão de negócios”. Para Maluf, “foi muito ruim, ficou muito feio” o fato de “muitos deputados terem vendido seu voto publicamente, por razões que a gente conhece, e muitos outros por razões que a gente desconhece”.

Aécio explica mudança de voto

No dia 22 de março, depois de votar a favor de cinco anos de mandato para os futuros presidentes da República, o deputado Aécio Neves (PMDB-MG), dizia para quem quisesse ouvir, no restaurante Florentino de Brasília: “Para Sarney, vou votar nos quatro. É uma questão política”. No último dia 2 Aécio votou nos cinco para Sarney. Mudou, segundo ele, porque, como neto de Tancredo Neves, líder escolhido para conduzir a transição democrática (Tancredo comprometeu-se publicamente com o mandato de quatro anos), “não podia colocar o processo em risco, o que aconteceria se houvesse eleições este ano”.

A versão de que teria mudado seu voto por conta de CZ\$ 500 milhões, que o governo liberaria para a Universidade de São João Del Rey, não chegou a ser desmentida por Aécio. Ele esclarece, porém, que não foram “exatamente” os CZ\$ 500 milhões — “Esse dinheiro o governo não pode negar, é o orçamento da Universidade” — mas sim a garantia de apoio futuro do governo a um projeto importante, que o levou a dar cinco anos para Sarney.

O deputado nega que a família o tenha pressionado, e afirma que só se decidiu pelos cinco anos na hora da votação: “Eu não podia deixar que o país ficasse sem uma ordem constitucional, o que aconteceria se os parlamentares se ocupassem da campanha política, ao invés de concluir o processo constitucional”.

Lourenço quer saída de Archer

BRASÍLIA — O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, quer que o presidente José Sarney demita o ministro da Previdência Social, Renato Archer. Lourenço acha que isso seria uma consequência natural do resultado da votação que deu cinco anos de mandato ao presidente. “O PFL não reivindica a ampliação de seu espaço no ministério.

Após sair do Palácio da Alvorada — onde Sarney reuniu os ministros de sua confiança para avaliar a votação —, Lourenço afirmou que “em função do apoio” que recebeu o governo deveria “fazer ajustes”. Primeiro, ele não quis citar os ministros que desejava ver fora do governo.

— Além do Renato Archer, a que outro ministro o senhor está se referindo? — perguntou um repórter.

Lourenço aceitou a provocação:

— Vamos ficar por aí, que já está bem. Eu não diria ministros, diria o *ministra*. Se ele sair, não vou ficar chateado, nem vou chorar.